

GRAMÁTICA DESCRITIVA, LÍNGUA PADRÃO E VARIAÇÃO*

Inês Duarte

Departamento de Linguística Geral e Românica
Faculdade de Letras (Universidade de Lisboa)

No prefácio à 1.^a edição da sua obra *The Philosophy of Grammar*, datado de Janeiro de 1924, Otto Jespersen afirmava

I am firmly convinced that many of the shortcomings of current grammatical theory are due to the fact that grammar has been chiefly studied in connexion with ancient languages known only through the medium of writing, and that a correct apprehension of the essential nature of language can only be obtained when the study is based in the first place on direct observation of living speech and only secondarily on written and printed documents. In more than one sense a modern grammarian should be *novarum rerum studiosus*.

[Jespersen, 1924: 7]

Todos os colegas que, como eu, se atreveram a aceitar o desafio de produzir descrição gramatical sabem como as palavras de Jespersen mantêm actualidade. A persistência do pensamento normativo, implícito em muitas gramáticas vindas a lume no século XX, sobrevive exemplarmente na opinião que o cidadão médio tem de um gramático: alguém que legisla sobre o que o uso linguístico de cada um deve ser, alguém que conhece a etimologia de todos os vocábulos da língua e dela erradica os que não possuem prova de vida centenária, alguém que, pela convivência íntima com as obras do cânone literário, absorveu e reproduz as formas correctas e elevadas do bem escrever e por extensão, estranhamente, do bem falar. No pólo oposto, tem-se assistido a tentativas de descrição gramatical em que se assume a fórmula jesperseniana de gramático como *novarum rerum studiosus*, na ausência de

* Agradeço ao Ivo Castro a conversa inspiradora sobre a questão da norma, e as sugestões bibliográficas que ele então me deu.

qualquer reflexão sobre critérios de demarcação que permitam filtrar e situar as ocorrências erigidas em dados de língua.

Adicionalmente, quase oitenta anos volvidos sobre o texto de Jespersen, a consciência da complexidade envolvida na escrita de gramáticas de línguas de cultura como são as línguas peninsulares que aqui nos ocupam tornou-se ainda mais aguda, devido, por um lado, às mudanças vertiginosas que têm marcado a nossa sociedade e, por outro, aos novos conhecimentos que os estudos linguísticos do último século permitiram ir acumulando.

Na primeira parte desta conferência, proporei uma reflexão sobre a questão da norma, centrada em referências específicas à situação da língua portuguesa e ao pensamento gramatical luso-brasileiro. Utilizarei como texto ilustrativo preferencial a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, saída a lume em 1984, um *remake* das sucessivas edições da *Gramática do Português Contemporâneo* de Celso Cunha (1.^a edição de 1970, 10.^a edição de 1983), em que “se deve a Lindley Cintra a redacção do capítulo 2, da maior parte do Capítulo 3 e a do tratamento contrastivo do Capítulo 13” (Cunha & Cintra, 1983: XV).

Reservarei a segunda parte da conferência para a explicitação das opções subjacentes à *Gramática da Língua Portuguesa*, na edição revista e aumentada de 2003, da autoria de Maria Helena Mateus, Ana Maria Brito, Isabel Hub Faria, Sónia Frota, Gabriela Matos, Fátima Oliveira, Marina Vigário, Alina Villalva e de mim própria. Ilustrarei, com exemplos desta obra, o entendimento que o linguista, o *novarum rerum studiosus* de Jespersen, tem da empresa gramatical, em particular do modo como encara a descrição do objecto sistematicamente heterogéneo que é uma língua histórica.

I. A QUESTÃO DA NORMA: DO GRAMÁTICO AO LINGUISTA

1. *Um pouco de história*

Na *Gramática Secundaria da Língua Portuguesa*, Said Ali, uma referência incontornável no pensamento gramatical luso-brasileiro, afirmava:

Grammatica é o conjunto das regras, observadas em um ou mais idiomas, relativas aos sons ou phonemas, ás formas dos vocabulos e á combinação destes em proposições.

A *grammatica* de uma lingua pode ser *historica* ou *descriptiva*.

Grammatica historica é aquella que estuda a evolução dos diversos factos da lingua desde a sua origem até a epoca presente.

Grammatica descriptiva é a que expõe os factos da lingua actual.

A grammatica descriptiva é *pratica* quando tem principalmente em vista ensinar a falar e a escrever correctamente; é *scientifica* quando procura esclarecer varios factos á luz da sciencia da linguagem e da grammatica historica.

As regras grammaticais são estabelecidas segundo o uso geral, a pratica das pessoas cultas e a dos bons escritores.

[Said Ali, 1927: 5]

As gramáticas de referência do Português produzidas no século XX partilham a concepção de *grammatica descriptiva scientifica* que encontramos em Said Ali. Como se pode ler no Prefácio da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*,

Trata-se de uma tentativa de descrição do português actual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias.

[Cunha & Cintra, 1984: XIV].

Esta citação mostra bem como, descartado embora o objectivo normativo, muitos gramáticos modernos continuaram a considerar a prática dos bons escritores como fonte de dados gramaticais, uma herança da escola de Alexandria. Como se pode ler na abertura da *Arte de Gramática* de Dionísio de Trácia, o primeiro tratado gramatical que chegou até nós, “A gramática é o conhecimento empírico das palavras que encontramos nos poetas e nos prosadores”¹.

Com efeito, a tradição gramatical de que somos herdeiros nasce no período helenístico, com a unificação do mundo grego sob a dinastia macedónia de Filipe e Alexandre, época em que o sentimento de unidade política exigia a partilha de uma língua comum e o consequente esbatimento das diferenças entre os dialectos das várias cidades-estado e colónias gregas. Neste contexto, a empresa gramatical assume um papel normativizador e o papel pedagógico de permitir o acesso dos falantes à literatura do período áureo.

Como sabemos, esta concepção normativa e pedagógica marca fortemente o pensamento gramatical ocidental até ao século XX: se os produtores de muitas gramáticas descritivas científicas se demarcam do objectivo pedagógico atribuído à gramática pelos alexandrinos, ainda assim utilizam preferencialmente autores consagrados no cânone literário como fonte, ou melhor, autoridade, para os dados que justificam as generalizações que propõem. Na

¹ *Apud* Casevitz & Charpin, 2001: 31, n. 28.

Nova Gramática do Português Contemporâneo, e conforme explicitado pelos seus autores no prefácio, o grosso dos dados é retirado de escritores portugueses, brasileiros e africanos dos séculos XIX e XX, mesmo quando se trata de ilustrar asserções como

Os sujeitos de 3.^a pessoa podem ter como núcleo:

a) um substantivo:

Matilde entendia isso.

(Agustina Bessa Luís, *OM*, 170.)

Os *olhos* dela estavam secos.

(Machado de Assis, *OC*, 495.)

[Cunha & Cintra, 1984: 125]

A extensa base de dados literários oferecida como fonte de autoridade surge naturalizada, anuladas as diferenças entre variantes nacionais e regionais, entre factos gramaticais de diferentes diacronias e entre estilos de escola e individuais. Exemplificando com a mesma obra, (i) para ilustrar as ocorrências de *onde* e *aonde* usam-se dois versos de Machado de Assis em que espreita a sintaxe antiga na construção do verbo *ir* (*Mas aonde te vais agora/Onde vais, esposo meu?!?*)², (ii) para ilustrar o uso do indefinido *algo*, utiliza-se uma frase de Jorge Amado em que a construção possessiva e a colocação do pronome átono representam exclusivamente a variante brasileira (*Minha Teresa tem algo a me dizer, não é?*)³, (iii) para ilustrar o uso de expressões quantitativas, recorre-se a uma frase de Aquilino Ribeiro onde figura um verbo característico de variantes dialectais e populares do Português (*Botou a cinco cântaros o mel ... e a dois lagares o azeite.*)⁴.

Não se infira das minhas palavras que critico a apresentação de dados que evidenciam tipos de variação característicos do português moderno numa gramática. Critico, isso sim, que estes dados tenham sido apresentados para atestar ocorrências dos itens lexicais em questão, quando tal poderia ser feito com o recurso a enunciados conformes à norma padrão das variantes europeia e brasileira. Critico, além disso, que os exemplos tenham sido apresentados sem comentário que os indexe às variantes da língua em que são legítimos, dando do português moderno uma imagem pouco rigorosa, porque não “cartografada”, e permitindo, por exemplo, que alguém que queira aprender português possa supor que enunciados como *O sítio onde*

² Cunha & Cintra (1984: 352).

³ Cunha & Cintra (1984: 357).

⁴ Cunha & Cintra (1984: 367). Os negritos são dos autores.

João se vai botar seu voto fica perto de minha residência será julgado como bem formado e comunicativamente adequado por falantes da norma padrão europeia. Crítico, finalmente, que, relativamente aos fenómenos/construções que o exigem, problemas de variação como os observados nos exemplos transcritos não sejam objecto de descrição sistematizada na gramática em análise.

Contudo, a autoridade dos escritores como justificação dos descritivos e normativos gramaticais é uma ilusão criada pelos próprios gramáticos, como o comprova exemplarmente a seguinte história contada por Ivo Castro:

[...] contava Celso Cunha que Augusto Abelaira, incerto quanto a uma construção sintáctica infelizmente não identificada, pegou na *Nova Gramática do Português Contemporâneo* para verificar se ela estava atestada; estava, mas atestada por uma citação do próprio Abelaira, que me confirmou a anedota.

[Castro, 2003: 12]

E, a propósito desta história, formula as seguintes perguntas:

[...] se o escritor tinha dúvidas permanentes quanto à construção, estaria em condições de fornecer sólido respaldo aos gramáticos? Se Celso estivesse ciente das hesitações de Abelaira, teria mantido a citação? E, sem ela, a regra? O que um escritor escreve, porventura desviadamente, torna-se logo português de lei?

[*Ibid.*]

Posto o que conclui:

a) não é o escritor, mas o gramático normativo quem fixa a norma; o escritor é o pretexto;

b) se a norma fosse fixada por linguistas e não por gramáticos, seria certamente mais respeitadora dos fenómenos de variação e dos actos de fala reais e verificáveis.

[Castro, 2003: 13]

Por tudo isto, os grandes projectos gramaticais do final do século XX, da responsabilidade de linguistas, retiraram às fontes literárias o lugar privilegiado que tradicionalmente lhes era reservado e reflectem a consciência de que a língua falada por uma comunidade não é uma realidade homogénea.

Uma das primeiras concretizações desta tomada de consciência, recorde-mo-lo, deve-se a Coseriu, um herdeiro da linguística estrutural inaugurada por Saussure, com a sua proposta de fractura da *langue* saussuriana nos conceitos de sistema e norma. Este autor caracteriza o sistema como uma en-

tidade abstracta, “um conjunto de possibilidades que indicam “os caminhos abertos e os caminhos fechados” de expressão de uma comunidade” (Cunha, 1985: 53) e a norma como uma realização socialmente determinada do sistema, relativamente constante. Assim,

[...] o sistema admite uma multiplicidade de realizações, sem que, com isso, as condições funcionais do instrumento lingüístico sejam alteradas. A norma, pelo contrário, impõe-se ao indivíduo, limitando sua liberdade de expressão ao restringir as possibilidades oferecidas pelo sistema. Ela não corresponde ao que se pode dizer, mas sim àquilo que habitualmente se diz.

[Cunha, 1985: 53-54]

Encarada como um sistema de comunicação social utilizado por uma comunidade linguística diversificada geográfica, social e culturalmente, qualquer língua histórica surge então como um objecto heterogéneo, um sistema realizado em múltiplas normas de natureza geográfica (falares locais, variantes regionais e nacionais), sócio-cultural (língua culta, língua padrão, língua popular), sócio-profissional (linguagens especiais, gírias) e sócio-estilística (língua escrita, língua falada, linguagem planeada, linguagem coloquial). E, desde o artigo clássico de Weinreich, Labov & Herzog (1968), é corrente considerar a heterogeneidade de qualquer comunidade linguística monolíngue como *sistemática*. Como afirmam Fernando Tarallo, um sociolinguista brasileiro desaparecido prematuramente, e Tania Alkmin,

[...] a comunidade tem à sua disposição um repertório composto de múltiplas variantes que, por sua vez, fazem parte de variáveis lingüísticas. O uso de cada uma dessas variantes não é absolutamente aleatório. Fatores lingüísticos e não-lingüísticos condicionam variavelmente o uso das variantes.

[Tarallo & Alkmin, 1987: 9-10]

Como afirma Ivo Castro, a heterogeneidade sistemática posta em evidência pela investigação desenvolvida em Sociolinguística determina que

O conceito de *correção* que a linguística moderna propõe é um conceito matizado, que substitui a oposição dicotómica entre “certo” e “errado” por uma escala gradativa que, tendo em conta a projecção dos factos linguísticos na esfera do social, do histórico e do cultural, separa aquilo que na língua é “obrigatório” (a que será errado fugir) daquilo que é “inadmissível” (que será errado praticar). Entre estes dois extremos, dispõem-se situações intermédias, que vão desde o “facultativo” (ou seja plenamente permitido, mas não compulsivo) e o “tolerável” (que não infringe regras, mas não é recomendado) até ao “grosseiro ou “impróprio”

(que, sem ser impossível face às regras vigentes, as aplica de modo que deve ser evitado).

[Castro, 1991: 56]

Neste quadro sociolinguístico de uma comunidade linguística sistematicamente heterogénea e de um conceito de correcção linguística indexado às variáveis que condicionam o uso de cada variante, pode emergir o sonho de uma

[...] gramática da comunidade. Tal gramática deveria, em princípio, descrever o conjunto de variáveis lingüísticas em uso numa determinada comunidade, atribuindo a cada uma delas seu valor social, isto é, definindo os limites de seu espaço. Mais importante ainda, tal gramática demonstraria, de um lado, a convivência pacífica, a coexistência, a coocorrência das variedades e, de outro, a concorrência e o entrecruzamento entre elas, às vezes não tão pacífico; enfim, descreveria os fenômenos de mescla intracomunitária.

[Tarallo & Alkmin, 1987: 10-11]

Mas, como todos sabemos, do “o homem sonha” até ao “a obra nasce” medeiam esforço, energia, recursos humanos e fundos que as nossas sociedades não estão tipicamente dispostas a pagar para projectos gramaticais deste fôlego. Concretizado para a língua portuguesa, este tipo de projecto (*a*) envolveria dados de estratificação social e de literacia em Portugal, no Brasil, nos novos países de língua oficial portuguesa, nas comunidades emigrantes na Europa, América e África, (*b*) amostras representativas de língua oral e língua escrita nos vários segmentos de cada uma das comunidades consideradas, e (*c*) descrição, feita de acordo com os mesmos parâmetros, dos dados levantados.

Acresce que alguns tipos de variação encontrados seriam os característicos de sociedades em que convivem línguas diferentes, e em que a língua portuguesa ora é a língua de prestígio, ora é socialmente pouco valorada. No primeiro dos casos, como sabemos, vastos segmentos da sociedade adquiriram-na / adquirem-na como língua segunda, com a fenomenologia daí decorrente; no segundo caso, o seu uso pleno tende a perder-se, nomeadamente no que se refere ao modo escrito e ao oral planeado requerido em situações institucionais.

Acrescente-se, finalmente, que enquanto a questão da norma culta ou padrão é, no que respeita à variante europeia, relativamente pacífica, ela encontra-se em aberto em países africanos que tomaram como referência a variante europeia e permanece no centro de um apaixonado debate no Brasil.

2. *A lupa sobre a questão da norma no Brasil*

Olhemos um pouco mais de perto para a questão da norma no Brasil.

Numa complexa situação de contacto em que foram maioritárias como língua materna, pelo menos até meados do século XVIII, línguas ameríndias e línguas africanas, a língua portuguesa vai sendo adquirida como língua segunda por sucessivas gerações de “proto-brasileiros”⁵ e brasileiros (descendentes de portugueses e índias, descendentes de índios, descendentes de escravos negros, descendentes de sucessivos contingentes de emigrantes falantes de línguas românicas, germânicas, altaicas, eslavas e semíticas) que fornecem dela um modelo “diluído” para a sua aquisição como língua materna pela geração seguinte⁶. Como afirma Rosa Virgínia Mattos e Silva,

Por todo o período colonial, de 1532 a 1822, a taxa populacional de africanos e afro-brasileiros, de indígenas e seus descendentes somados atinge uma constante média de 70% da população, enquanto os portugueses europeus e os seus descendentes perfazem, conseqüentemente, 30% do todo. Esse fator demográfico indica que a massa da população colonial adquiriu a língua hegemônica da colonização, o português europeu, numa situação hoje designada de aquisição imperfeita ou de aprendizagem irregular, isto é, em condições de história familiar que configuram a situação de aquisição de uma língua segunda.

[Mattos e Silva, 2000: 170]

Acresce que este processo de transmissão irregular decorreu esmagadoramente na oralidade, já que

Durante três séculos, o Brasil foi, no dizer de Caio Prado Júnior, uma “vasta colônia de analfabetos”. Sem núcleos culturais capazes de irradiar um padrão idiomático, sem Universidades, com um número insignificante de escolas de primeiras letras – as únicas que ensinavam o idioma –, sem imprensa (lembre-se de que o primeiro texto impresso no Brasil data de 1808, quando da transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro), com a população realmente produtiva espalhada pelas fazendas e pelos engenhos, a língua oral passou a seguir os seus caminhos sem nenhum controle normativo.

[Cunha, 1985:71]

⁵ Termo utilizado por Ribeiro (1997).

⁶ Cf., entre outros, Baxter (1995), Baxter & Lucchesi (1997), Mattos e Silva (1998).

e que a escolarização como factor de normalização linguística desempenhou um papel diminuto:

Acrescente-se a essa situação bilingüe / multilingüe o fato de essa aquisição se ter processado plenamente na oralidade, sem a sistematização e a pressão normativa da escolarização e conseqüentemente sem o suporte regulador da escrita.

A história do Brasil informa que, até ao final do século XVII, o número de letrados não ultrapassariam 0,5% da população (Houaiss 1985: 147). Só ao longo do século XIX e inícios do XX é que essa precaridade do letramento no Brasil passa a um patamar significativo de 20 a 30% de indivíduos escolarizados.

[Mattos e Silva, 2000: 171]

Dados do 1º censo brasileiro, de 1872, indicam que, numa população estimada em 4 600 000 habitantes, (a) 99.9% dos escravos eram analfabetos, (b) 80% da população livre era analfabeta, (c) só 16.8% da população entre os 6 e os 15 anos frequentava a escola primária e (d) só 12 000 alunos estavam matriculados em cursos secundários⁷. Ora dados de Março de 1990 indicam que:

Se admitirmos como letrados os que concluem o 1º grau, tem-se ainda hoje a taxa de 20% com que iniciamos o século XX.

[Mattos e Silva, 2000: 171].

Esta situação de dramático insucesso escolar, que compromete o desenvolvimento económico e cultural do Brasil, coloca compreensivelmente o problema da variante da língua portuguesa a adoptar como língua de escolarização. Ou seja, a questão da norma padrão da variante brasileira torna-se uma *questão política central*, e confrontados com os dados do insucesso escolar, muitos linguistas brasileiros subscrevem a ideia de que ela deve ser construída exclusivamente sobre a língua falada (ainda que nem sempre o explicitem). Presenciei várias situações em que resultados de investigação sobre dados de língua escrita de meios de comunicação social de larga difusão no Brasil suscitaram a colegas brasileiros o seguinte tipo de comentário: os dados não são fiáveis porque estão enviesados pela normatização imposta pela escola. Ouvi, num seminário de especialistas, uma insigne linguista brasileira afirmar que corrigia a colocação de pronomes átonos nas teses dos seus estudantes de pós-graduação, porque estes seguiam o padrão da língua escrita aprendido na escola. Um exemplo caricatural dos dislates as-

⁷ Dados de Fausto (1994: 237), *apud* Mattos e Silva (2000).

sentes em preconceitos ideológicos que a este propósito têm sido escritos pode encontrar-se no prefácio de Marcos Bagno à antologia de textos *Norma Lingüística*⁸, e que me abstenho de reproduzir perante esta assembleia respeitável.

A meu ver, dois outros factores contribuíram para os contornos que a questão da norma da variante brasileira assume na actualidade. Em primeiro lugar, avulta a ineficácia da Academia de Ciências de Lisboa como instituição fixadora de um padrão lexical e gramatical para a língua portuguesa no momento histórico próprio⁹. Todas as tentativas tardias de o fazer no século XX, quer solitariamente, quer em diálogo com a Academia Brasileira de Letras, se basearam na ilusão de que, através da unificação ortográfica, se chegaria a tal padrão e, como é sabido, redundaram compreensivelmente em fracasso. Em segundo lugar, desde o esforço modernista para acentuar a especificidade da “língua brasileira”, em parte como reacção ao purismo exacerbado das elites das gerações anteriores¹⁰, (a) foram considerados criações da variante brasileira, nascidas do contacto com as línguas ameríndias e africanas, vocábulos e construções que afinal eram característicos de estádios anteriores da língua portuguesa e (b) manteve-se entre as elites brasileiras e, em particular, entre muitos linguistas brasileiros, a ilusão de que os falantes da variante europeia *falavam* a língua escrita das obras do cânone literário e das gramáticas que nelas se apoiavam. Só recentemente o estreitamento de laços e a cooperação na investigação de linguistas portugueses e brasileiros tem permitido começar a desmistificar tal ilusão e a matizar algumas proclamações de diferenciação gramatical radical habituais na literatura linguística produzida no Brasil a partir dos anos setenta.

⁸ Trata-se da tradução de uma selecção de artigos extraídos do volume *La Norma Linguistique*, publicado em 1983 pelo Conselho da Língua Francesa do Governo do Québec.

⁹ Veja-se a este propósito o seguinte passo de Castro, Duarte & Leiria (1986: XII-XIII):

“[...] lamentar que a confecção e a aceitação de uma ortografia geral para todo o espaço geográfico do português não tenham sido empreendidas no tempo em que isso era fácil, quando a Academia de Lisboa não tinha congéneres nem rivais a contestar as iniciativas que tomasse. Quando teria sido unânime o aplauso e a aceitação do seu dicionário, da sua gramática e da sua ortografia. Como aconteceu aqui ao lado: «Fundada la Real Academia Española por Felipe V en 1713, durante un siglo legisló con plena y inobjetable autoridad en todos los vastos dominios de la Corona española. El primer trabajo de la flamante Academia fue el monumental *Diccionario* llamado de *Autoridades*, en seis volúmenes, que se publicó entre los años de 1726 y 1739. A esse *Diccionario* siguieron la *Ortographia española* (1741) y, por fin, la *Gramática* (1771)». “.

A citação contida no passo acima transcrito é de Rodolfo Barón Castro, no prefácio a A. Rosenblat (1965: 5).

¹⁰ Um exemplo anedótico deste purismo exacerbado foi a fundação, em 1876, de “uma sociedade filológica no Rio de Janeiro com o fim de fixar a língua ou fazê-la volver ao século XVI, pela imitação dos belos tipos do áureo período.”. In Silva Neto (1950: 212).

3. A questão da norma em Portugal

Por oposição à situação brasileira, a questão da norma em Portugal é, como afirmei anteriormente, relativamente pacífica. Portugal é um estado com notável homogeneidade linguística e é “uma sociedade bastante aberta, homogénea no sentido de não ser constituída por grandes minorias, e recheada de recursos comunicativos modernos” (Castro, 2003: 13). É comumente aceite que a norma padrão é o dialecto do eixo geográfico Lisboa-Coimbra característico das camadas sociais mais escolarizadas dessa região, como proposto em Cunha & Cintra (1984: 10): “o conjunto de usos linguísticos das classes cultas da região Lisboa-Coimbra”.

Mas, como afirma Ivo Castro, em Portugal, a norma

Não é muito conhecida, não é muito protegida, mas também não é muito desrespeitada. Vai acontecendo.

[Castro, 2003: 13]

O que o leva a sugerir a seguinte metáfora:

A norma que temos em Portugal, e que chega se a soubermos utilizar, é como uma prancha de surf.

[Castro, 2003: 14]

Mas atenção, esta prancha de surf, quem a comercializa, adapta e promove hoje em dia, mais do que a escola – que, em Portugal como em outros países é uma instituição em crise a necessitar urgentemente de reinvenção –, são os meios de comunicação social¹¹, com particular relevância para a televisão, para os jornais desportivos e para as revistas *light* dirigidas ao público feminino.

II. A GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA OU NOVE LINGUISTAS À PROCURA DE UMA GRAMÁTICA

4. A Carta de Intenções da Gramática da Língua Portuguesa

Quando o quarteto inicial da *Gramática da Língua Portuguesa*, constituído por Maria Helena Mateus, Ana Maria Brito, Isabel Hub Faria e por mim própria, iniciou as negociações para a elaboração de uma edição revista e

¹¹ Esta é igualmente a opinião de Ivo Castro. Cf. Castro (2003:12).

aumentada (a que me referirei, a partir de agora, como *GLP*), várias decisões de fundo foram desde logo tomadas. Rebuscando na minha memória, procurarei reconstituí-las como a “Carta de intenções” que norteou o trabalho da equipa entretanto constituída.

Carta de intenções da GLP

1

Assumir, como nas edições anteriores, que esta seria uma gramática de linguistas, ou seja, uma obra empenhada na *descrição* da estrutura gramatical de uma sincronia da língua portuguesa.

Como se pode ler no prefácio,

Deve [...] lembrar-se, relativamente ao carácter desta obra, que ela não é uma gramática normativa, ou seja, não é um instrumento que regule o *bom uso* da língua. O seu objectivo consiste na apresentação de descrições e análises de um largo conjunto, evidentemente não exaustivo, de aspectos da língua portuguesa.

[Mateus *et alii*, 2003: 17].

2

Apresentar de uma forma não polémica os períodos reconhecíveis na história da língua portuguesa, bem como as duas variantes nacionais sobre as quais já existe algum conhecimento sólido e as variedades geográficas existentes no território português.

3

Como nas edições anteriores, eleger como objecto de estudo a *norma padrão da variante europeia*, sem esquecer que os falantes dessa variedade não a usam indiferenciadamente na escrita e na oralidade, nem em contextos formais que exigem planeamento e em contextos informais de maior tolerância quanto ao formato e qualidade das produções linguísticas.

4

Propor uma descrição consistente com um modelo de gramática que permita integrar factos de natureza lexical, sintáctica, morfológica, fonológica e semântica.

5

Aumentar a cobertura linguística das edições anteriores, bem como o pendor descritivo da obra.

6

Fundar as descrições propostas em resultados de investigação.

Para a realização destes objectivos nos prazos acordados com a editora, a equipa de investigadoras foi reforçada com cinco novos membros, especialistas em diferentes áreas da Teoria da Gramática: Morfologia (1), Sintaxe (1), Fonologia (2), Semântica (1). Do ponto de vista das assunções partilhadas quanto à Teoria da Gramática, trata-se de um equipa notavelmente homogénea, cujos membros foram formados e treinados no quadro do programa de investigação generativista.

A perspectiva teórica comum permitiu encarar a empresa gramatical como a tentativa de explicitação de sistemas de conhecimento da língua portuguesa responsáveis pelos comportamentos linguísticos observáveis em diferentes “classes” de falantes.

Foram usados como fontes (a) dados produzidos por membros da própria equipa, desde que aceites por todos os membros, (b) dados de *corpora* recolhidos em projectos de investigação e em dissertações de mestrado e de doutoramento, (c) no capítulo reservado aos “Aspectos linguísticos da organização textual”, dados retirados da imprensa, e de obras literárias, textos ensaísticos e textos científicos.

5. *Variação e mudança na GLP*

Privilegiou-se aqui, como explicitado no n.º 3 da “Carta de Intenções”, a gramática (interna) adulta dos falantes cultos da faixa Lisboa-Coimbra. Claramente, estes falantes dominam gramáticas internas parcialmente diferentes, que seleccionam em função dos contextos de uso: deu-se particular atenção às diferenças entre escrito e oral. Em casos de variação que revelam tendências de mudança, usou-se como variável o grupo etário. Quando a análise de um determinado fenómeno o aconselhava, explicitaram-se variações entre variantes nacionais e entre variedades sócio-culturais. Finalmente, quando se considerou relevante para a compreensão do fenómeno em análise, teve-se em consideração variação interlinguística.

Permitam-me que ilustre rapidamente algumas destas afirmações.

5.1. Gramática do escrito vs. gramática do oral

Na área da sintaxe, existem diferenças assinaláveis nos usos orais e escritos de certo tipo de relativas e de completivas.

No primeiro dos casos, salientam-se as estratégias disponíveis na formação de relativas. Enquanto a tradição gramatical apenas reconhece relativas

formadas através da estratégia canónica (constituente relativo em início da oração relativa, categoria vazia na posição correspondente à da relação gramatical que mantém), dados do oral (e mesmo do escrito¹²) mostram que os falantes utilizam outras duas estratégias: a *estratégia resumptiva* (cf. (1)), e a *estratégia cortadora* (cf. (2))¹³.

- (1) a. “Temos lá, no meu ano, rapazes que *eles* parecem atrasados mentais.”
 b. “[...] Que é uma pronúncia cantada que eu própria que sou de cá não *a* sei muito bem dizer [...]”
- (2) a. “[...] é uma arte que eu dou muito valor.” (*a* = 0)
 b. “Passo assim os dias que estou em casa.” (*em* = 0)

Resultados de investigação mostraram que a estratégia resumptiva é sentida pelos falantes cultos como marginal e socialmente estigmatizada; pelo contrário, a estratégia cortadora é generalizadamente aceite no oral informal, “o que permite supor que estamos perante uma tendência de mudança, mesmo no português europeu” (*GLP*: 667).

É interessante notar que a formação de orações relativas foi uma das áreas da sintaxe em que vários linguistas brasileiros procuraram encontrar diferenças radicais entre as variantes europeia e brasileira (cf., por exemplo, Kato 1993, que procura derivar a existência das estratégias resumptiva e cortadora na variante brasileira de uma mudança sintáctica que teria ocorrido, levando esta variante a caracterizar-se como língua com proeminência de tópico), com base na ilusão de que em português europeu apenas a estratégia canónica era observada nos usos dos falantes.

No segundo dos casos, observam-se comportamentos sobretudo orais, mas também escritos, de falantes cultos em que ocorre *dequeísmo* e *queísmo* (cf., respectivamente, (3) e (4)).

- (3) a. “O Secretariado Europa 1992 [...] faz constar, através do presente aviso, *de* que pretende contratar [...] três funcionários [...]”
 b. “Seja como for, é convicção geral *de* que Mário Soares decidirá a realização de eleições [...]”
- (4) a. “[...] o senhor secretário de Estado ainda nos convence que pagar impostos faz bem à saúde” (*de* = 0)
 b. “[...] “Recordemo-nos que o Presidente dos Estados Unidos é um conspirador e um traidor”, escreve Saddam” (*de* = 0)

¹² Veja-se a este propósito o conjunto de dados recolhidos na imprensa em Peres & Mória (1995).

¹³ Os exemplos são retirados da *GLP*: 667.

Estes fenómenos são descritos na *GLP* a pp. 617-620, procurando-se encontrar explicações para a sua ocorrência nos diferentes contextos inventariados.

Exemplificado, no que se refere ao dequeísmo, são avançadas as seguintes hipóteses de explicação: (a) reanálise de completivas sujeito extrapostas como complementos de predicados secundários adjectivais e nominais, em casos como *É impossível de que a situação económica e social melhore no corrente ano*; (b) regularização de propriedades de construção heterogéneas de verbos como *acreditar*, *crer*, *pensar*, que seleccionam complementos nominais preposicionados, mas completivas não preposicionadas.

5.2. Gramática do oral: a sintaxe sensível ao contexto discursivo

Consideradas na tradição gramatical como figuras, as elipses têm merecido, sobretudo desde a década de oitenta, a atenção de muitos especialistas em Sintaxe. Constituem, como sabemos, processos produtivos e recorrentes tanto na fala espontânea quanto no modo escrito, e investigação recente permitiu proceder a uma tipologia destas construções, que recorre a parâmetros de natureza gramatical (por exemplo, a possibilidade de ocorrência em domínios-ilha) e discursiva (por exemplo, o tipo de informação que aparece tipicamente elidida).

Na *GLP* incluiu-se, na Parte da Sintaxe, um capítulo sobre construções elípticas (pp. 869-913) em que se descrevem não só construções que ocorrem na escrita, como tipos de elipses característicos do diálogo, como é o caso das *Perguntas abreviadas* (cf. (5)), das *Respostas abreviadas* (cf. (6)) e das *Réplicas rectificadoras* (cf. (7))¹⁴.

- (5) A: Depois sobes.
B: *Para onde?*
- (6) A: Quem cumprimentaste?
B: *O João.*
- (7) A: Depois da praça viramos à direita.
B: Não, *à esquerda.*

5.3. Áreas de mudança: a variável classe etária

A colocação dos pronomes átonos no português moderno é, como se sabe, um dos fenómenos mais intrigantes da sintaxe das línguas românicas.

¹⁴ Os exemplos são retirados da *GLP*, p. 907.

Com padrões semelhantes aos das restantes línguas românicas nos períodos antigo e clássico, na viragem do português clássico para o moderno, a mudança catastrófica que atinge a gramática do português reflecte-se na sintaxe de tais pronomes. Esta é, como se sabe, uma área de variação interna à língua portuguesa, com as variantes europeia e brasileira a divergirem e, tanto quanto é possível ajuizar perante os dados disponíveis, com algumas variantes africanas a acentuarem tendências de mudança observáveis na variante europeia. Neste caso concreto, dados de crianças em período de aquisição do português como língua materna (cf. (8)¹⁵), e dados orais e escritos de adolescentes e jovens (cf. (9)¹⁶) mostram que (a) a mesóclise, já em perda na oralidade na gramática adulta dos falantes cultos, está igualmente em perda no escrito e (b) a ênclise está a invadir os contextos de próclise da norma padrão.

- (8) a. “não chama-se nada (M., 20 meses)”
 b. “foi alguém que meteu-me nesta fotografia (R., 29 meses)”
- (9) a. “porque não apercebeu-se que...” (12 anos, escrito)
 b. “correspondem à classe onde “só” combina-se com SN ...” (estudante universitário, escrito)

Refira-se que a mesóclise, enquanto relíquia histórica do período em que o futuro e o condicional eram sentidos pelos falantes como formas analíticas, i.e., como verdadeiras formas perifrásticas, apenas tem permanecido na norma padrão da variante europeia devido ao efeito normativizador da escolarização: por outras palavras, é uma construção que tem de ser aprendida, visto que, como produto do processo de aquisição, apenas a ênclise aparece como possibilidade na gramática do português europeu moderno.

5.4. Processos de regularização: norma padrão vs. variedades “populares”

Existem na *GLP* referências esparsas a diferenças entre a norma padrão e variedades populares. Uma delas refere-se a processos de regularização de casos excepcionais de acento principal de palavra, que procedem através de reestruturação silábica, como os exemplificados nos pares *árvores* / *arves* e *quilómetro* / *quilontro* (cf. *GLP*: 1051, n. 18).

¹⁵ Estes exemplos são retirados da *GLP*: 850.

¹⁶ Estes exemplos são retirados da *GLP*: 850-1.

5.5. Variação interlinguística

Dado o quadro teórico assumido pelas autoras, está naturalmente presente na *GLP* a perspectiva comparada na descrição e análise dos factos gramaticais. Deste modo, a variação interlinguística é introduzida como forma de (a) salientar propriedades gramaticais que distinguem o português moderno de outras línguas geneticamente próximas e (b) mostrar que o português moderno partilha propriedades gramaticais com línguas não pertencentes à família românica.

Dois exemplos deste tipo são as referências ao Parâmetro do Sujeito Nulo, a pp. 443-447, desenvolvidas nas notas 9-17, e as secções sobre *Topicalização* e *Objecto Nulo*, a pp. 497-506.

6. Em conclusão

Embora qualquer gramática seja sempre um instrumento de normatização, no sentido em que fixa usos da língua através da descrição das estruturas e processos que lhes subjazem, quando ela sai da mão de linguistas, a língua descrita não aparece como um objecto monolítico, extraído de páginas escolhidas a dedo de criadores literários. Antes se apresenta ao leitor como uma realidade multifacetada, flexível e plástica, intrinsecamente variável e mutável, nos limites impostos pelas propriedades universais da linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bagno, M., org. (2001). *Norma Linguística*. São Paulo: Edições Loyolla.
- Baxter, A. (1995). Transmissão Geracional Irregular na História do Português Brasileiro ? Divergências nas Vertentes Afro-Brasileiras. *RILP*, 14.
- Baxter, A. & D. Lucchesi (1997). A Relevância dos Processos de Pidginização e Crioulização na Formação da Língua Portuguesa no Brasil. *Estudos Linguísticos e Literários*, 19.
- Casevitz, M. & F. Charpin (2001). A Herança Greco-Latina. In Bagno, org: 23-53.
- Castro, I. (1991). A Língua Portuguesa no Tempo e no Espaço. In AA. *Falar Melhor, Escrever Melhor*: 53-81. Lisboa: Selecções do Reader's Digest.
- Castro, I. (2003). O Linguista e a Fixação da Norma. In Mendes & Freitas, orgs, *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*: 11-24. Lisboa: APL.

- Castro, I., I. Duarte & I. Leiria (1987). *A Demanda da Ortografia Portuguesa. Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e Subsídios para a Compreensão da Questão que se lhe Seguiu*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Cunha, C. (1985). *A Questão da Norma Culta Brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Cunha, C. & L. F. Lindley Cintra (1984). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Jespersen, O. (1924). *The Philosophy of Grammar*. Londres: George Allen & Unwin Ltd. 8.^a edição, 1958.
- Kato, M. (1993). Recontando a História das Relativas em uma Perspectiva Paramétrica. In Roberts & Kato, orgs, *Português Brasileiro. Uma Viagem Diacrônica*: 223-261. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Mateus, M. H. M., A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria, S. Frota, G. Matos, F. Oliveira, M. Vigário & A. Villalva (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Edição revista e aumentada. Lisboa: Editorial Caminho.
- Mattos e Silva, R. V. (1996). O Português São Dois: Variação, Mudança, Norma e a Questão do Ensino do Português no Brasil. In Duarte & Leiria, orgs, *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Vol. 2. Lisboa: APL/Colibri.
- Mattos e Silva, R. V. (2000). O que Corrigir no Português de Nossos Alunos? Uma Avaliação do Fator Escolarização na Compreensão do Português Brasileiro. Reis *et alii* (orgs) *Didáctica da Língua e da Literatura*. Vol. I. Coimbra: Almedina.
- Ribeiro, D. (1995). *O Povo Brasileiro. A Formação e o Sentido do Brasil*. 2.^a edição. São Paulo: Companhia das Letras. 1997.
- Peres, J. A & T. Mória (1995). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Rosenblat, A. (1965). *Las Nuevas Normas Ortográficas y Prosódicas de la Academia Española*. Madrid: Oficina de Educación Iberoamericana.
- Said Ali, M. (1927). *Grammatica Secundaria da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo.
- Silva Neto, S. (1950). *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. 5.^a edição. Rio de Janeiro: Presença. 1986.
- Tarallo, F. & T. Alkmin (1987). *Falares Crioulos. Línguas em Contato*. São Paulo: Editora Ática.
- Teyssier, P. (1982). *História da Língua Portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 7.^a edição, 1997.
- Weinrich, U., W. Labov & M. Herzog (1968). Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In Lehmann & Malkiel (orgs.), *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press.